



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30/06/2014**  
**(Contém folhas)**

**ATA Nº 13**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA CÂMARA MUNICIPAL

### REUNIÃO DE 30/06/2014

#### ATA Nº 13

----- Aos trinta dias do mês de junho do ano dois mil e catorze, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designa para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 09 de junho de 2014 foi aprovada por unanimidade. -----

#### I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

##### 1.2 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo, que a Câmara Municipal está a programar e a organizar uma iniciativa que considera importante e inédita, no âmbito da dinamização do espaço circundante à praia fluvial de Pampilhosa da Serra, num período de tempo que coincide com as Festas do Concelho e a Feira de Artesanato e Gastronomia, que decorrerá nos dias 13, 14, 15 e 16 de agosto. -----

----- Referiu que esta iniciativa tem o apoio e o patrocínio da empresa SEASIDE, do nosso contrerrâneo Acácio Teixeira e que a ideia foi concebida no sentido de tornar ainda mais atrativo aquele espaço, numa altura do ano em que o concelho de Pampilhosa da Serra e em particular a praia fluvial da Vila são muito procurados por turistas e por familiares de residentes, que nos visitam nas suas férias. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- A iniciativa consistirá numa série de eventos diários de caráter lúdico, direcionados para todas as idades e será promovida e divulgada nos órgãos de comunicação social com o nome "Seaside Sunset Sessions", pelo que tudo se conjuga para que venha a ser um sucesso. -----

#### **1.3 - FAM - Fundo de Apoio Municipal**

##### **- Proposta de Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)**

----- Foi presente a proposta de acordo entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo Português, no âmbito do FAM (Fundo de Apoio Municipal). -----

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo das reuniões do Conselho Diretivo e do Conselho Geral da ANMP para discussão e aprovação da proposta do FAM, previsto na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro para vigorar a partir de 01 de janeiro de 2015, para solver dívidas aos Municípios em grave situação financeira. -----

----- Após várias diligências realizadas entre a ANMP e o Governo, o acordo prevê a repartição dos encargos financeiros em 50% entre as duas partes, com a vigência de 7 anos. Ressalta ainda da proposta de acordo que a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, LCPA possa sofrer alterações. A ANMP propôs, ainda, a redução do IVA relativamente à iluminação pública, para 6%. -----

----- O encargo financeiro da proposta apresentada, decorrente da constituição do FAM, para o Município de Pampilhosa da Serra será num total de 535.245,00 € e anual de 76.464,00 €, repartido em duas prestações. -----

----- Após as explicações dadas pelo Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade subscrever a proposta. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## **II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

#### **2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA**

##### **2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 25 de junho de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- A iniciativa consistirá numa série de eventos diários de caráter lúdico, direcionados para todas as idades e será promovida e divulgada nos órgãos de comunicação social com o nome "Seaside Sunset Sessions", pelo que tudo se conjuga para que venha a ser um sucesso. -----

#### **1.3 - FAM - Fundo de Apoio Municipal**

##### **- Proposta de Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)**

----- Foi presente a proposta de acordo entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Governo Português, no âmbito do FAM (Fundo de Apoio Municipal). ---

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo das reuniões do Conselho Diretivo e do Conselho Geral da ANMP para discussão e aprovação da proposta do FAM, previsto na Lei nº 73/2013, de 3 de setembro para vigorar a partir de 01 de janeiro de 2015, para solver dívidas aos Municípios em grave situação financeira. -----

----- Após várias diligências realizadas entre a ANMP e o Governo, o acordo prevê a repartição dos encargos financeiros em 50% entre as duas partes, com a vigência de 7 anos. Ressalta ainda da proposta de acordo que a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, LCPA possa sofrer alterações. A ANMP propôs, ainda, a redução do IVA relativamente à iluminação pública, para 6%. -----

----- O encargo financeiro da proposta apresentada, decorrente da constituição do FAM, para o Município de Pampilhosa da Serra será num total de 535.245,00 € e anual de 76.464,00 €, repartido em duas prestações. -----

----- Após as explicações dadas pelo Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade subscrever a proposta. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

## **II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

### **2- DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

#### **2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA**

##### **2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 25 de junho de 2014, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- De operações orçamentais: 2.624.246,99 € (dois milhões, seiscentos e vinte e quatro mil duzentos e quarenta e seis euros e noventa e nove centimos); -----

----- De operações não orçamentais: 227.897,58 € (duzentos e vinte e sete mil oitocentos e noventa e sete euros e cinquenta e oito centimos), num total de 2.862.414,87 € (dois milhões oitocentos e sessenta e dois mil quatrocentos e catorze euros e oitenta e sete centimos). -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

### 2.2 - SERVIÇOS JURÍDICOS

#### 2.2.1 - Proposta de adjudicação definitiva da cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante "A Piscina", sitos na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma informação da Comissão, designada em reunião da Câmara Municipal realizada em 26-05-2014, do seguinte teor: -----

----- " Tendo em conta a deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 26/05/2014, no sentido de ser aberto concurso, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante "A Piscina", sitos na Avenida dos Bombeiros Voluntários, na vila, freguesia e concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- Decorridos que foram os trâmites inerentes ao referido procedimento, os elementos da Comissão designada para o efeito, por julgarem estar cumpridas as disposições constantes do Programa de Procedimento que o permitem, conforme fundamentação constante da ata anexa, e nos termos do número 8 da Cláusula 11ª do Programa de Procedimento, **entendem dever propor à Câmara Municipal que a adjudicação definitiva da cessão de exploração dos bens/equipamentos supra seja feita a Tiago Miguel Batista Alves**, titular do cartão do cidadão nº 12833318 9 ZZ2, válido até 12/12/2017, com o NIF 245083782, residente na Rua Arlindo Vicente, Lote 24, 1º A, 3030-298 Coimbra. -----

----- Mais sugerem que seja **analisada e, eventualmente, aprovada a minuta do contrato de cessão de exploração (anexa)**, elaborada pelos Serviços Jurídicos da Autarquia, para que a mesma seja enviada ao adjudicatário, nos termos da cláusula 15ª do Programa de Procedimento; -

----- Assim como que seja **estabelecido um prazo máximo para que o adjudicatário faça prova de prestação da caução**, nos termos do nº 4 da cláusula 13ª do Programa de Procedimento. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade o seguinte: -----

----- - Adjudicar a cessão de exploração do Café/Bar e Restaurante "A Piscina" a Tiago Miguel Batista Alves, acima identificado; -----

----- - Aprovar a minuta do contrato de cessão de exploração (anexa) e conceder



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

poderes ao Sr. Presidente para a competente assinatura; -----

----- - Estabelecer um prazo máximo de 10 dias (úteis) para que o adjudicatário faça prova da prestação da caução, nos termos do nº 4 da cláusula 13ª do Programa de Procedimento. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.2.2 - Proposta de retificação da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara de 12 de maio de 2014

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Considerando a receção do ofício remetido pelo Sr. Alberto dos Santos Martins, (reg.2647 de 16/06/2014 – anexo), foi indicado por parte deste, que havia cometido um lapso na identificação do imóvel cedido verbalmente ao Município de Pampilhosa da Serra, por volta do ano de 1998, destinado à construção da transversal à Rua do Calvário; -----

----- Tendo em conta a deliberação tomada a este propósito, em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 12 de maio de 2014 e o teor do ofício supra, **urge proceder à retificação da mesma no sentido de identificar o imóvel corretamente, bem como os seus proprietários.** -----

----- Neste sentido, encetados os contactos necessários, ambos os proprietários do dito terreno, manifestaram vontade em formalizar a cedência gratuita do terreno, uma vez que o mesmo deixou de integrar a sua esfera jurídica patrimonial, a partir do momento em que foi cedido verbalmente ao Município. -----

----- Assim, considerando que: o proprietário: **Alberto dos Santos Martins**, casado com Nélia Cristina Almeida Simões, no regime de comunhão de adquiridos, portadores do C.C. nº 11146392 0 ZZ8, válido até 21/12/2016 e 12644187 1 ZZ8, válido até 08/11/2017, contribuintes fiscais nºs 213 515 091 e 226 732 576 respetivamente, residentes na Av. de S. Silvestre, Bl. 32B, R/C Esq., 3320-201 Pampilhosa da Serra, e; -----

----- **Maria Madalena dos Santos Martins Serra**, casada com Acácio Garcia Serra, no regime de comunhão de adquiridos, portadores dos C.C. nº 08209906 5 ZZ7, válido até 18/09/2017 e 07125814 0 ZZ8, válido até 22/05/2019, contribuintes fiscais nºs 192 36 105 e 150 238 487, respetivamente, residentes na Rua de São Pedro 27, 3320-231 Pampilhosa da Serra; -----

----- Se propõem doar ao Município de Pampilhosa da Serra o prédio rústico inscrito na respetiva matriz sob o artigo nº 15918 e descrito na Conservatória do registo predial sob o nº 2272, da Freguesia de Pampilhosa da Serra; -----

----- Considerando que sobre o dito prédio não incidem quaisquer ónus ou encargos, sugere-se que a Câmara Municipal, no âmbito das suas competências materiais, ao abrigo do disposto na al. j) do nº 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, delibere aceitar a doação do prédio supra identificado, a benefício de inventário, concedendo poderes ao senhor Presidente da Câmara Municipal para assinar o competente título e



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*tudo o que se mostre necessário ao indicado fim.*-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aceitar a doação do prédio supra identificado, a benefício de inventário, bem como conceder poderes ao senhor Presidente da Câmara Municipal para assinar o competente título e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.3 - Proposta de encerramento de procedimento, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Centro Náutico, localizado junto da Albufeira de Santa Luzia**

----- Foi presente uma informação da Comissão, designada em reunião da Câmara Municipal realizada em 26-05-2014, do seguinte teor: -----

----- *“Em cumprimento da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 26/05/2014, no sentido de ser aberto procedimento, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Centro Náutico, localizado junto da Albufeira de Santa Luzia, na freguesia de Fajão/Vidual, concelho de Pampilhosa da Serra, vêm os membros efetivos da Comissão, designada para o efeito, **informar que no dia 11/06/2014, data prevista para a realização da hasta pública tendente à adjudicação da cessão de exploração dos referidos bens, a mesma ficou deserta.*** -----

----- *Por conseguinte, os membros efetivos da Comissão entendem dever propor à Câmara Municipal o encerramento do procedimento, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Centro Náutico, localizado junto da Albufeira de Santa Luzia, na freguesia de Fajão/Vidual, concelho de Pampilhosa da Serra, dado a hasta pública ter ficado deserta, conforme ata da Comissão anexa à presente.* -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade encerrar o procedimento, na modalidade de hasta pública, para adjudicação da cessão de exploração do Centro Náutico, localizado junto da Albufeira de Santa Luzia, na freguesia de Fajão/Vidual, concelho de Pampilhosa da Serra. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.4 - Adenda ao Contrato de Arrendamento da Fração B do II Pavilhão, sito na Zona Industrial do Alto das Aldeias, em Pampilhosa da Serra**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- *“Na sequência das deliberações da Câmara Municipal tomadas em reuniões ordinárias realizadas em 30/12/2013 e 10/02/2014, foi celebrado em 17/02/2014, o contrato de arrendamento*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

entre o Município de Pampilhosa da Serra e a Sociedade Electric PP – Eletricidade e Telecomunicações, Lda, salientando-se que o mesmo se encontra totalmente de acordo com o consignado no documento que estabelece as Normas de Utilização e Arrendamento das frações daquele Pavilhão (aprovadas em reunião de Câmara de 25/10/2011, anexo), e assim importa informar: -----

----- Em virtude da Lei nº 31/2012, de 14 de agosto, que procede à revisão do Novo Regime Jurídico do Arrendamento Urbano alterando o Código Civil, o Código do Processo Civil e a Lei nº 6/2006 de 27 de fevereiro, à data da celebração do contrato em questão, o consignado na **Cláusula Terceira, deveria ser a seguinte**: “O presente contrato produz efeitos no primeiro dia útil do mês seguinte à data da sua assinatura, sendo feito pelo período de 5 (cinco) anos. -----

----- Por força da entrada em vigor da Lei nº 31/2012, de 14 de agosto consigna-se que, findo o prazo do arrendamento, o presente contrato renovar-se-á automaticamente no seu termo, por períodos sucessivos de igual duração, até ao limite total de vinte anos, se nenhuma das partes se opuser à renovação no termo e pela forma designada na lei, ou não ocorrer nenhuma causa que opere a extinção do arrendamento”, atento o disposto no artigo 1054º do Código Civil.” -----

----- Contudo, no contrato de arrendamento em questão está consignado, por lapso na sua **Cláusula Terceira** que: -----

----- “O presente contrato produz efeitos no primeiro dia útil do mês seguinte à data da sua assinatura, sendo feito pelo período de 5 anos, renovável a requerimento da Segunda Outorgante, com uma antecedência mínima de seis meses, relativamente ao termo do prazo inicial ou dos prazos de renovação, e com o acordo co Município de Pampilhosa da Serra, por períodos sucessivos de uma ano, até ao limite máximo total de vinte anos”. -----

----- Também se deveria consignar no **nº 1 do 1.3, da Cláusula Quarta**, (que diz respeito à extinção do arrendamento): “Por denúncia, devendo qualquer das partes manifestar a sua vontade nesse sentido, por carta registada com aviso de receção com a antecedência mínima de 60 dias do termo pretendido do contrato, considerando o disposto no artigo 1110º do Código Civil, na redação que lhe foi conferida pela Lei nº 31/2012, de 14 de agosto”. -----

----- Atento o disposto no documento das Normas de Utilização e Arrendamento das Frações respeitantes ao Pavilhão supra citado, o que está consignado no presente contrato, na **Cláusula Quarta, nº 1, 1.3, é o seguinte**: -----

----- “Por denúncia, devendo qualquer das partes manifestar a sua vontade nesse sentido, por carta registada com aviso de receção, com a antecedência mínima de 60 dias relativamente ao termo do prazo indicado na Cláusula Terceira ou dos prazos das renovações”. -----

----- Assim, nos termos do disposto no artigo 1110º do Código Civil deverá manter-se a antecedência mínima de **60 dias, mas do termo pretendido do contrato**, para ser denunciado o contrato de arrendamento em causa. -----

----- Considerando o teor da informação apresentada, submete-se a **apreciação e deliberação ao Órgão Executivo Autárquico** as alterações que ora se propõem ao contrato de arrendamento em questão, as quais deverão, salvo melhor opinião, ser materializadas em Adenda ao referido contrato (que o altera), sugerindo-se que sejam concedidos poderes ao Sr. Presidente da Câmara





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*para assinatura da mesma".* -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar as alterações acima propostas, bem como conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar a competente Adenda ao Contrato de Arrendamento em questão.

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.5 - Comissão de Melhoramentos das Povoações da Soalheira**

**- Piscina de Lobatinhos - Obras de reparação**

**- Pedido de apoio financeiro**

----- Na sequência do pedido de apoio formulado pela Comissão de Melhoramentos das Povoações da Soalheira, para apoio financeiro da obra de reparação da piscina de Lobatinhos, em carta datada de 04.06.2014, com o registo de entrada nº 2491; -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, após consulta aos Serviços Financeiros e Jurídicos da Autarquia, conceder um apoio financeiro no montante de 6.000,00 € (seis mil Euros), àquela Coletividade, destinado a apoiar financeiramente a realização da obra de reparação da piscina de uso público, situada na localidade de Lobatinhos. -----

----- Mais deliberou, para o efeito, aprovar a minuta do Protocolo e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.2.6 - Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra**

**- Pedido de apoio financeiro**

----- Na sequência do pedido de apoio apresentado pelo Grupo Cultural e Recreativo de Pampilhosa da Serra, em carta datada de 25.06.2014, com o registo de entrada nº 2829, para apoio financeiro destinado a apoiar o seu funcionamento; -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar, após consulta aos Serviços Financeiros e Jurídicos da Autarquia, a atribuição de um subsídio, no valor de 5.000,00 € (seis mil Euros), àquela Associação, destinado a apoiar o seu funcionamento, na prossecução das suas atribuições estatutárias. -----

----- Mais deliberou, para o efeito, aprovar a minuta do Protocolo e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.3 - SECÇÃO ADMINISTRATIVA

##### 2.3.1 - Grupo Motard Zangões do Asfalto

- Pedido de autorização para acampamento ocasional - Concentração Motard/2014 em Casal da Lapa
- Isenção de taxas

----- Foi presente um requerimento subscrito pelo Grupo Motard Zangões do Asfalto, a solicitar autorização para a realização de um acampamento ocasional - Concentração Motard, no lugar de Casal da Lapa - Barragem de Santa Luzia, entre os dias 14/07 a 22/07/2014. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria a dar parecer favorável, relativamente ao solicitado, tendo por base o artigo 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra e que submete ao Executivo Camarário para decisão. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade autorizar e isentar do pagamento de taxas. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 2.3.2 - Grupo Motard Zangões do Asfalto

- Pedido de Isenção do Pagamento de Taxas
- Licença de ruído

----- Foi presente um requerimento subscrito pelo Grupo Motard Zangões do Asfalto, a solicitar a isenção do pagamento de taxas relativas ao licenciamento de ruído, no âmbito da Concentração Motard, a levar a efeito no lugar de Casal da Lapa - Barragem de Santa Luzia, entre os dias 14/07 a 22/07/2014. -----

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria a dar parecer favorável, relativamente ao solicitado, tendo por base o artigo 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra e que submete ao Executivo Camarário para decisão. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade isentar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

##### 2.3.3 - Grupo Motard Zangões do Asfalto

- Pedido de Isenção do Pagamento de Taxas
- Realização de espetáculos e divertimentos públicos



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um requerimento subscrito pelo Grupo Motard Zangões do Asfalto, a solicitar a isenção do pagamento de taxas relativas ao licenciamento de realização de espetáculos e divertimentos públicos, no âmbito da Concentração Motard, a levar a efeito no lugar de Casal da Lapa – Barragem de Santa Luzia, entre os dias 14/07 a 22/07/2014.

----- Foi presente uma informação dos Serviços de Secretaria a dar parecer favorável, relativamente ao solicitado, tendo por base o artigo 9º do Regulamento Geral de Taxas Municipais do Município de Pampilhosa da Serra e que submete ao Executivo Camarário para decisão. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade isentar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.4 - SECÇÃO DE INFORMÁTICA

##### 2.4.1 - Formação prática em contexto de trabalho

###### - Filipe José Almeida Mateus

----- Foi presente a Informação nº 004/2014 da Secção de Informática, do seguinte teor:

----- “*Serve o presente para comunicar a V.Exª que a Konkrets, Lda. entidade formadora sediada na Lousã, solicita que, de acordo com o protocolo de cooperação anteriormente assinado, o seu formando Filipe José Almeida Mateus frequente o 2º período do estágio curricular com duração de 400h a iniciar no próximo dia 9 de julho, com uma paragem prevista de 15 dias para férias.*” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aceitar a formação prática em contexto de trabalho - 2º período de estágio curricular, do formando Filipe José Almeida Mateus, de acordo com o teor da informação da Secção de Informática. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

##### 3.1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE OBRAS

###### 3.1.1 - Minuta da Adenda ao Contrato

- Empreitada: Construção do Centro de Saúde de Pampilhosa da Serra
- Adjudicatário: CIP, Construção, S.A.



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----  
----- "Tendo em consideração o concurso público em epígrafe propõe-se a V.Ex<sup>a</sup> a minuta da adenda ao contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----  
----- A adenda ora proposta pretende dar resposta ao solicitado pelo Tribunal de Contas, que pretende que no texto do contrato conste o número sequencial de compromisso. -----  
----- De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto no citado Código dos Contratos Públicos, respeitando o disposto no seu artigo 96º. -----  
----- À consideração superior." -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar a citada Adenda.  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.2 - Minuta do Contrato

- Empreitada: Reabilitação do Estádio Municipal de Pampilhosa da Serra
- Adjudicatário: Predilethes - Construções, Ld<sup>a</sup>

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----  
----- "Tendo em consideração o concurso público em epígrafe propõe-se a V.Ex<sup>a</sup> a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----  
----- Assim e no cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 98º do Código dos Contratos dos Contratos Públicos, publicado no Decreto Lei nº 18/20098 de 29/01 e republicado no Decreto Lei nº 278/2009 de 02 de outubro, propõe-se a V.Ex<sup>a</sup> a minuta do contrato a assinar com a empresa adjudicatária. -----  
----- De salientar que a citada minuta foi elaborada tendo em atenção o disposto no citado Código dos Contratos Públicos, respeitando o disposto no seu artigo 96º. -----  
----- À consideração superior." -----  
----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.3 - Receção definitiva e libertação de caução

- Empreitada: Reabilitação de Caminho Florestal em Pescaneco
- Adjudicatário: Diamantino Jorge & Filho, Ld<sup>a</sup>

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----  
----- "Em 16/06/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- À presente data existem as seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº GAR/08305905, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 28/07/2008 no montante inicial de 5.886,87 € e atual de 588,69 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e cancelamento da garantia bancária. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.4 - Receção definitiva e libertação de caução

- **Empreitada: Reparação da Estrada Municipal entre Covanca e o cruzamento que liga Malhada do Rei à Portela de Unhais**

- **Adjudicatário: Diamantino Jorge & Filho, Lda**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Em 16/06/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- À presente data existem as seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº GAR/08304705, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 19/06/2008 no montante inicial de 2.962,00 € e atual de 740,50 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e cancelamento da garantia bancária. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.5 - Receção definitiva e libertação de caução



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

- **Empreitada: Revestimento de Valetas na E.M. entre Dornelas do Zêzere e Machialinho**
- **Adjudicatário: Diamantino Jorge & Filho, Ld<sup>a</sup>**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----  
----- “ Em 16/06/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- À presente data existem as seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº 36230488094599, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A. em 06/05/2008 no montante inicial de 4.597,50 € e atual de 459,75 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e cancelamento da garantia bancária. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

**3.1.6 - Receção definitiva e libertação de caução**

- **Empreitada: Revestimento de Valetas na E.M. entre Pescansecos e o cruzamento da Pampilhosa da Serra**
- **Adjudicatário: Diamantino Jorge & Filho, Ld<sup>a</sup>**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----  
----- “ Em 16/06/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- À presente data existem as seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº 36230488094598, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A. em 06/05/2008 no montante inicial de 7.855,50 € e atual de 1.963,88 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e cancelamento da garantia bancária. -----

----- À consideração superior.” -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.7 - Receção definitiva e libertação de caução**

**- Empreitada: Revestimento de Valetas na E.M. entre Unhais-o-Velho e Portela de Unhais**

**- Adjudicatário: Diamantino Jorge & Filho, Lda**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Em 16/06/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- À presente data existem as seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº 36230488094600, emitida pelo Banco Santander Totta, S.A. em 06/05/2008 no montante inicial de 1.643,62 € e atual de 164,36 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e cancelamento da garantia bancária. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.8 - Receção definitiva e libertação de caução**

**- Empreitada: Pavimentação de Caminhos Diversos**

**- Adjudicatário: Diamantino Jorge & Filho, Lda**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- “ Em 16/06/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- À presente data existem as seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária nº GAR/07305221, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 04/10/2007 no montante inicial de 4.945,00 € e atual de 494,50 €. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e cancelamento da garantia bancária. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.9 - Receção definitiva e libertação de caução**

- Empreitada: Retificação da Estrada Municipal entre Pampilhosa da Serra e Sobral Valado

- Adjudicatário: Diamantino Jorge & Filho, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Em 16/06/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- À presente data existem as seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária GAR/07305216, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 04/10/2007 no montante inicial de 11.814,93 € e atual de 1.181,49 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e cancelamento da garantia bancária. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.10 - Receção definitiva e libertação de caução**

- Empreitada: Retificação da Estrada Municipal entre Pampilhosa da Serra e Cabril

- Adjudicatário: Diamantino Jorge & Filho, Lda

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: -----

----- " Em 16/06/2014 foi efetuada vistoria aos trabalhos abrangidos pela empreitada em epígrafe. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Conforme consta do auto de vistoria anexo, não foram detetadas quaisquer anomalias pelo que os trabalhos poderão ser rececionados definitivamente. -----

----- À presente data existem as seguintes garantias: -----

----- 1) Garantia bancária GAR/07301372, emitida pelo Banco BPI, S.A. em 29/15/2007 no montante inicial de 25.290,00 € e atual de 2.529,00 €. -----

----- Nestes termos e tendo em consideração o atrás referido, entende-se que estão reunidas as condições necessárias para homologação do auto de receção definitiva anexo e cancelamento da garantia bancária. -----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.11 - Rede Pública de Distribuição de Água, Drenagem e Tratamento de Esgotos Domésticos de Maria Gomes \_ Liberação de caução**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Técnicos de Obras, do seguinte teor: ----

----- " Tendo em consideração o concurso público para execução da empreitada "Rede Pública de Distribuição de Água, Drenagem e Tratamento de Esgotos Domésticos de Maria Gomes" a firma Eirinhas Construções, Lda. Apresentou em 22/05/2014 um pedido de liberação das cauções prestadas para garantia da execução do contrato de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município. -----

----- O pedido foi formulado ao abrigo do disposto no Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto. --

----- Nos termos e para os efeitos do nº 2 do artigo 4º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto foi efetuada vistoria no dia 17 de junho de 2014 no local da empreitada, não tendo comparecido qualquer representante do adjudicatário. -----

----- Da citada vistoria foi lavrado auto, que se anexa e se dá aqui por integralmente reproduzido, não tendo sido verificada qualquer anomalia nos trabalhos efetuados na empreitada. -

----- Assim e atento ao atrás exposto, entende-se que estão verificadas as condições previstas no nº 5 do artigo 3º do Decreto-lei nº 190/2012 de 22 de agosto, para serem libertados 30% do valor da garantia da empreitada nos termos do disposto no nº 2 e nº 3 do artigo 3º do mesmo diploma legal, correspondente a 8.608,01 € (oito mil seiscientos e oito euros e um cêntimo). -----

----- Aquando da deliberação tomada em reunião de Câmara de 30/04/2013, por lapso foi deliberado devolver 8.808,01 € (oito mil oitocentos e oito euros e um cêntimo) em vez de 8.608,01 € (oito mil seiscientos e oito euros e um cêntimo). -----

----- Nestes termos, a pretensão do empreiteiro reúne condições para ser satisfeita, propondo-se a devolução do montante de 8.408,01 € (oito mil quatrocentos e oito euros e um cêntimo), correspondente a 30% do valor total das cauções prestadas para garantia da execução do contrato



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*de empreitada em epígrafe e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que dele decorre para o Município, diminuindo do valor de 200,00 € liberado em excesso em 28/05/2013. -----*

*----- A citada devolução deverá ser feita do seguinte modo: -----*

*----- 1) Devolução de 3.292,29 € em dinheiro; -----*

*----- 2) Redução do montante do seguro caução com o contrato nº 200230582, emitida pela Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A em 13/11/2009 de 16.593,06 € para 11.477,34 €. ----*

*----- À consideração superior." -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

#### 4 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

##### 4.1 - EDUCAÇÃO

###### 4.1.1 - Plano de Transportes Escolares - Ano Letivo 2014 / 2015

*----- Foi presente o Plano de Transportes Escolares para o Ano Letivo 2014 / 2015, tendo o Sr. Presidente referido que o mesmo abrange 14 circuitos. -----*

*----- A Câmara Municipal tomou conhecimento dos circuitos e, após análise do Plano, deliberou por unanimidade aprovar. -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

##### 4.2 - AÇÃO SOCIAL

###### 4.2.1 - Pedido de isenção de pagamento do Programa de Tempos Livres - julho em Ação

*----- Foi presente uma informação do Gabinete de Ação Social, do seguinte teor: -----*

*----- "No âmbito da participação no Programa julho e Ação, das crianças abaixo identificadas e considerando a situação socioeconómica dos respetivos agregados, foi proposto isentar essas crianças do pagamento do programa de tempos livres. -----*

*----- Assim, venho por este meio formalizar o pedido de isenção relativamente ao programa e alimentação, respetivamente. -----*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

Nome	Localidade	Pedido de isenção
Iris Mendes Dias	Pampilhosa da Serra	Programa
Tomás André Repolho Santos	Pampilhosa da Serra	Programa
Daniel Almeida Silvério	Pampilhosa da Serra	Programa + Alimentação + Quota Anual da Ludoteca
Diana Margarida L. Martins	Dornelas do Zêzere	Programa + Alimentação
Alexia Cristina G. Pereira	Maria Gomes	Programa + Alimentação

----- À consideração superior". -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4.3 - CULTURA

##### 4.3.1 - Emissão de Parecer Prévio Vinculativo para "Aquisição de Espetáculo de André Sardet para a Feira de Artesanato e Gastronomia 2014"

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- "Nos termos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2014, e de acordo com o disposto no número 4 do artigo 73º, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013 de 27 de agosto. -----

----- O parecer prévio vinculativo é nas autarquias locais da competência do órgão executivo, nos termos do número 11, do artigo 73º, da Lei do orçamento de Estado 2014, e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5, do mesmo artigo, bem como da alínea b), do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012 de 31 de dezembro. -----

#### ----- CONSIDERANDO: -----

1- Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o OE para 2014; -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

- 2- Que o n.º 11 do artigo 73.º do mesmo diploma, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, do mesmo diploma, com as necessárias adaptações; -----
- 3- De acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da: -----
- a) Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
- b) Existência de cabimento orçamental; -----
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 73º (se aplicável). -----
- 4- Que o objeto do presente contrato consiste na aquisição de serviços para um Espetáculo de André Sardet, no âmbito da Feira de Artesanato e Gastronomia 2014; -----
- 5- Atendendo à natureza do contrato em apreço, este serviço será desenvolvido sem qualquer tipo de subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante; -----
- 6- Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e legislação subsequente; -----
- 7- Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP; -----
- 8- Que o valor base estimado é de 17.500,00€ (dezassete mil e quinhentos euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, estando contemplada no Orçamento Municipal 2014, classificada e cabimentada com a Orgânica 0102, Económica 02022502 e GOP 2014/2031; -----
- 9- Que será consultada a seguinte entidade: -----
- a) DOMINGO NO MUNDO – Sociedade de Entretenimento, Lda; -----
- 10- Que o disposto no artigo 33º da LOE 2014 é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2014, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e ou contraparte de contrato vigente em 2013 e que, no caso concreto, não se verificou em 2013 renovação ou celebração de contrato com idêntico objeto e ou contraparte, não se aplicando deste modo a redução prevista no n.º 1 do artigo 73º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro. -
- **NESTES TERMOS PROPÕE-SE:** -----
- a) Que a Câmara Municipal delibere emitir parecer prévio vinculativo à celebração de contrato de aquisição de serviços “Aquisição de Espetáculo de André Sardet para a Feira de Artesanato e Gastronomia 2014”; -----
- b) Que a presente proposta seja aprovada em minuta. -----
- À consideração superior. -----
- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer prévio vinculativo à celebração de contrato de aquisição de serviços “Aquisição de Espetáculo de André Sardet para a Feira de Artesanato e Gastronomia 2014”. -----
- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4.3.2 - Emissão de Parecer Prévio Vinculativo para "Aquisição de Espetáculos e Logística para as Festas do Concelho 2014".

----- Foi presente uma informação da Divisão Sociocultural e Educativa, do seguinte teor: -----

----- "Nos termos da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2014, e de acordo com o disposto no número 4 do artigo 73º, carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da aplicação da Lei 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013 de 27 de agosto.-----

----- O parecer prévio vinculativo é nas autarquias locais da competência do órgão executivo, nos termos do número 11, do artigo 73º, da Lei do orçamento de Estado 2014, e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5, do mesmo artigo, bem como da alínea b), do mesmo número com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no número 1, do artigo 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, e 66/2012 de 31 de dezembro.-----

#### ----- CONSIDERANDO:-----

- 1 - Que a celebração de qualquer contrato de aquisição de serviços carece de parecer prévio vinculativo independentemente da natureza da contraparte, de acordo com o n.º 4 do artigo 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprovou o OE para 2014; -----
- 2 - Que o n.º 11 do artigo 73.º do mesmo diploma, esclarece que o parecer acima referido é da competência do órgão executivo municipal e depende da verificação dos requisitos previstos no n.º 5, do mesmo diploma, com as necessárias adaptações; -----
- 3 - De acordo com o disposto no n.º 5, do artigo 73.º, da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, o parecer previsto nos números anteriores depende da: -----
  - a) Execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público; -----
  - b) Existência de cabimento orçamental; -----
  - c) Cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 73º (se aplicável).-----
- 4 - O objeto do presente contrato consiste na aquisição de espetáculos e logística para as Festas do Concelho 2014; -----
- 5 - Atendendo à natureza do contrato em apreço, este serviço será desenvolvido sem qualquer subordinação hierárquica, não se encontrando o prestador de serviços sujeito à disciplina e à direção do órgão contratante; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

- 6 - Que serão cumpridos todos os requisitos legais previstos no CCP, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e legislação subsequente; -----
- 7 - Que o procedimento é realizado por ajuste direto nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20º do CCP;-----
- 8 - Que o valor base estimado é de 69.000,00 € (sessenta e nove mil euros), acrescido de Iva à taxa legal em vigor, estando contemplada no Orçamento Municipal 2014, classificada e cabimentada com a Orgânica 0102, Económica 02022502 e GOP 2014/2031;-----
- 9 - Que serão consultadas as seguintes entidades:-----
  - a) DYAM - Produções Musicais, Lda;-----
  - b) LIGHT ON STAGE, Unipessoal Lda;-----
  - c) REGI-CONCERTO - Produções Musicais e Audiovisuais, Lda.-----
- 10 - A redução prevista nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 73.º da LOE 2014, será aplicada de acordo com a alínea b), do n.º 1, do artigo 33º e do n.º 2 do artigo 73º do mesmo diploma.-----

#### ----- NESTES TERMOS PROPÕE-SE: -----

- a) Que a Câmara Municipal delibere emitir parecer prévio vinculativo à celebração de contrato de aquisição de serviços "Aquisição de Espetáculos e Logística para as Festas do Concelho 2014";-----
- b) Que a presente proposta seja aprovada em minuta.-----

----- À consideração superior." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir parecer favorável vinculativo à celebração de contrato de aquisição de serviços "Aquisição de Espetáculos e Logística para as Festas do Concelho 2014". -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

### III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

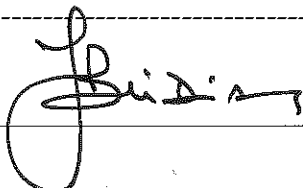
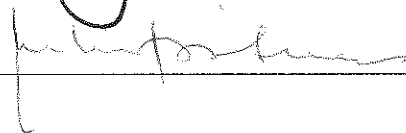
----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que a subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_